

**PREJULGADO DE TESE Nº 011, 12 de abril de 2016.****RESOLUÇÃO Nº 12.312****Processo nº 201512132-00**

EMENTA: CONSULTA. PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAITUBA. UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DA QSE - QUOTAS DO SALÁRIO EDUCAÇÃO PARA REFORMA, MANUTENÇÃO OU CONSTRUÇÃO DE INSTALAÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. CF/88. LEI 9394/96.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de **CONSULTA** formulada em tese, e respondida nos termos do **Artigo 1º, inciso XVI, da LC nº 084/2012 c/c §2º, do art. 300, do RITCM-PA**, acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, **à unanimidade**, em **aprovar** a resposta à **CONSULTA**, nos termos da Ata da Sessão, Relatório, Voto e Resolução do Conselheiro Relator, às **fls. 06-10** dos autos, que passam a integrar esta decisão. Por força do previsto no Art. 302, do RI/TCM/PA a presente decisão constitui-se PREJULGADO DE TESE.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, **12 de abril de 2016.**

Conselheiro Corregedor **Daniel Lavareda**
Presidente da Sessão

Conselheiro Presidente **Cezar Colares**
Relator

Presentes: Conselheiros, Aloísio Chaves, Mara Lúcia, Antônio José Guimarães; e a Procuradora do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará, Maria Inez Gueiros.



Publicado no D.O.E. Nº 33.145
de 10 de 16 à Pg. 91
do _____ Caderno.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO Nº 12.311

Processo n.º: 201512132-00

Assunto: Consulta

Órgão: Prefeitura Municipal de Itaituba

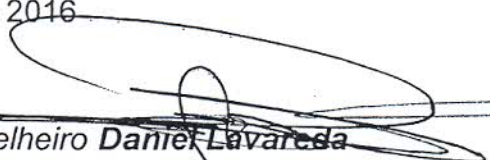
Interessado: Eliene Nunes de Oliveira

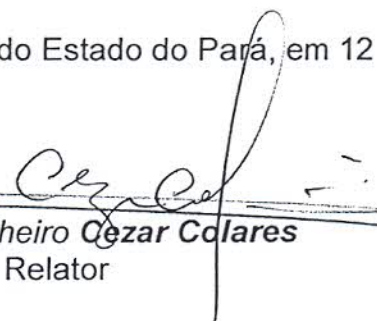
Relator: Conselheiro Cezar Colares

EMENTA: CONSULTA. PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAITUBA. UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DA QSE -QUOTAS DO SALÁRIO EDUCAÇÃO PARA REFORMA, MANUTENÇÃO OU CONSTRUÇÃO DE INSTALAÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. CF/88. LEI 9394/96.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de **CONSULTA**, formulada em tese, e respondida nos termos do **artigo 1º, inciso XVI, da LC n.º 084/2012**, **resolvem os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará**, por unanimidade, em **aprovar** a resposta à **CONSULTA**, nos termos da Ata da Sessão e do Relatório e Voto do Conselheiro Relator, às **fls. 06/09**, que passam a integrar esta decisão.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em 12 de abril de 2016


Conselheiro Daniel Lavareda
Presidente da Sessão


Conselheiro Cezar Colares
Relator

Presentes: Conselheiros Aloísio Chaves; Mara Lúcia; Antônio José Guimarães e Procuradora Maria Inez Gueiros



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
GABINETE DO CONSELHEIRO CEZAR COLARES
PROCESSO Nº201512132-00



PROCESSO Nº : 201512132-00

MUNICÍPIO : ITAITUBA

ÓRGÃO : PREFEITURA MUNICIPAL

ASSUNTO: CONSULTA

INTERESSADA: Eliene Nunes de Oliveira

RELATÓRIO

Trata o presente processo de consulta formulada pela **Sra. Eliene Nunes de Oliveira**, responsável pelo FUNDEB Município de Itaituba, indagando sobre a legalidade da utilização de recursos da Quota de Salário Educação, nos seguintes termos:

"Legalidade da utilização de recursos do QSE – Quotas do Salário Educação na realização para reforma, manutenção ou construção de instalações da Secretaria Municipal de Educação".

Os autos foram encaminhados à minha relatoria, nos termos do vigente Regimento Interno (art. 300, Caput – Ato n. 16/2013), para exame de admissibilidade e demais providências de instrução.

É o breve relatório.

DA ADMISSIBILIDADE

Entendo estarem atendidos os requisitos de admissibilidade da presente consulta, em todos os seus termos, conforme o disposto no art. 298¹ do Regimento Interno. Sendo assim, voto pelo seu conhecimento.

MÉRITO

¹ Art. 298. O Tribunal responderá sobre matéria de sua competência às consultas que lhe forem formuladas, conforme o disposto no art. 1º, XVI, da lei Complementar n. 84, devendo atender, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

...

II. ser formulado em tese;



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
GABINETE DO CONSELHEIRO CEZAR COLARES
PROCESSO Nº201512132-00



Superada a preliminar de conhecimento, passo ao mérito e respondo em tese a consulta.

A contribuição Social denominada de Salário Educação tem como fundamentos, a CF/88, a lei 9.766/98, a Lei 9.394/96 e o Decreto 6003/06² sendo calculada na base de 2,5%, sobre o valor total das remunerações pagas pelas empresas, a qualquer título, aos segurados empregados, ressalvadas as exceções legais, destina-se ao financiamento de programas, projetos e ações voltados à educação básica pública, inclusive a educação básica especial.

O salário educação é de natureza parafiscal, social e de alcance geral, entendimento dado a partir da combinação do caput do art. 149 com o § 5º do art. 212 da CF/88, que expressamente prevê a contribuição do salário educação como contribuição social, obedecendo, assim aos princípios tributários. Cabe ao FNDE redistribuir o produto de arrecadação deste salário educação à Secretaria da Receita Previdenciária, aos Estados e Distrito Federal em quotas denominadas Quotas Estaduais do salário Educação (QESE) e o restante, aplicados em programas, projetos e ações voltadas para a universalização da educação básica.

A lei 9.766/98 estabelece os critérios de utilização dos recursos provenientes do salário educação, vedando expressamente a sua utilização para pagamento de despesas com pessoal e a Lei 9.394/96 (de diretrizes e bases da educação) estabelece em seu artigo 68, quais são os recursos públicos destinados à educação, dentre os quais, a receita do salário educação e de outras contribuições sociais.

Ainda na Lei 9.394/96, nos artigos 70 e 71, estão previstas quais as ações são consideradas como manutenção e desenvolvimento do ensino e as que não as constituem, conforme abaixo:

"Art. 70. Considerar-se-ão como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis, compreendendo as que se destinam a:

I - remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da

² Regulamenta a arrecadação, a fiscalização e a cobrança da contribuição social do salário-educação, a que se referem o art.212,§ 5o, da Constituição, e as Leis n. 9.424, de 24 de dezembro de 1996, e 9.766, de 18 de dezembro de 1998, e dá outras providências.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
GABINETE DO CONSELHEIRO CEZAR COLARES
PROCESSO Nº201512132-00



educação;

II - aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino; (grifo nosso)

III - uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino;

IV - levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas visando precipuamente ao aprimoramento da qualidade e à expansão do ensino;

V - realização de atividades-meio necessárias ao funcionamento dos sistemas de ensino;

VI - concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas;

VII - amortização e custeio de operações de crédito destinadas a atender ao disposto nos incisos deste artigo;

VIII - aquisição de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar.

Art. 71. Não constituirão despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino aquelas realizadas com:

I - pesquisa, quando não vinculada às instituições de ensino, ou, quando efetivada fora dos sistemas de ensino, que não vise, precipuamente, ao aprimoramento de sua qualidade ou à sua expansão;

II - subvenção a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial, desportivo ou cultural;

III - formação de quadros especiais para a administração pública, sejam militares ou civis, inclusive diplomáticos;

IV - programas suplementares de alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica, e outras formas de assistência social;

V - obras de infra-estrutura, ainda que realizadas para beneficiar direta ou indiretamente a rede escolar (como rede de esgoto e de iluminação – fora dos domínios da escola, estradas e asfaltamentos); (grifo nosso)

VI - pessoal docente e demais trabalhadores da educação, quando em desvio de função ou em atividade alheia à manutenção e desenvolvimento do ensino”.

Depreendemos destes artigos, em especial do inciso II do art. 70, que dentre as despesas permitidas, estão previstas as possibilidades de aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino.

No entanto, importante ressaltar e entender que a utilização destes recursos deve estar diretamente ligada à necessidade da instituição de ensino, visando atingir a



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
GABINETE DO CONSELHEIRO CEZAR COLARES
PROCESSO Nº201512132-00



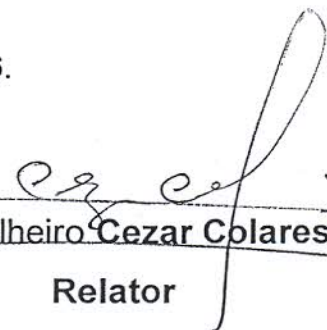
atividade escolar, ou seja, devem ser ações que sejam necessárias ao funcionamento das escolas.

Dessa forma, com base no exposto e na legislação vigente acerca da matéria, respondo ao consulente que:

As despesas para reforma, manutenção ou construção de instalações da Secretaria Municipal de Educação não poderão ser realizadas com a utilização dos recursos das Quotas do Salário Educação – QSE, haja vista que a Secretaria de Educação não está ligada à necessidade da instituição de ensino, nem tampouco à atividade escolar.

Esta é a resposta que submeto à apreciação deste Pleno.

Belém, 05 de abril de 2016.


Conselheiro Cezar Colares
Relator